



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 18 de Março de 2009 (19.03)  
(OR. en)**

**7732/09**

**COPEN 54**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Director-Geral Adjunto do Ministério da Justiça da Finlândia, Asko Vālimaa  
para: Secretariado-Geral do Conselho  
data de recepção: 24 de Novembro de 2008

---

Assunto: Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à  
aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda  
– Carta de notificação da Finlândia

---

Junto se envia, à atenção das delegações, uma carta de notificação da Finlândia.

Ministério da Justiça  
Finlândia

19 de Novembro de 2008

**De:** Finlândia

**Para:** Secretariado-Geral do Conselho e Comissão

**Assunto:** **Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda. Notificação exigida pela Decisão-Quadro. Comunicação das disposições nacionais que transpõem a Decisão-Quadro**

*I. Notificações*

A Finlândia vem pela presente fazer as seguintes notificações, nos termos do disposto na Decisão-Quadro do Conselho relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda (2006/783/JAI).

**N.º 1 do artigo 3.º**

"A autoridade competente a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º é o Oikeusrekisterikeskus (Registo Legal Central)."

Endereço:  
Legal Register Centre  
Linnankatu 3b  
P.O. Box 157  
FI-13101 Hämeenlinna  
Finland

Tel.: +358 10 36 65631  
Fax: +358 10 36 65703  
E-mail: oikeusrekisterikeskus@om.fi

### **Artigo 19.º**

"A Finlândia aceita a certidão a que se refere o artigo 19.º em finlandês, sueco e inglês."

### *2. Comunicação das disposições nacionais que transpõem a Decisão-Quadro*

Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Decisão-Quadro 2006/783/JAI, a Finlândia envia ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão, em anexo à presente notificação, o texto das disposições da Lei 222/2008 e do Decreto 692/2008, que transpõem para o respectivo direito interno as obrigações decorrentes da Decisão-Quadro, bem como o texto das alterações à Lei 21/1987 sobre a Cooperação Internacional em matéria de Aplicação de Certas Sanções Penais, à Lei 672/2002 sobre a Aplicação de Multas e ao Decreto 836/2005. A Lei e o Decreto que transpõem a Decisão-Quadro para o direito interno entram em vigor no dia 24 de Novembro de 2008.

(a.) Asko Vältimäki  
Director-Geral Adjunto, Ministério da Justiça  
Finlândia